



308
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0281422-8

EMBARGANTE: Município do Cabo de Santo Agostinho

EMBARGADOS: Adinilson Pereira dos Santos e outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMISSÃO DE JUÍZO EXPLÍCITO ACERCA DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO DO PERCENTUAL. BAIXA COMPLEXIDADE DA CAUSA. 1. No que concerne à discussão de fundo, tem-se que a decisão embargada é clara e suficiente por seus próprios termos, expressando o dever da administração de pagar pelos serviços prestados quando estes forem devidamente comprovados. 2. Nesse ponto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória. 2. Todavia, merece prosperar a pretensão aclaratória quanto a verba honorária, eis que a questão não foi enfrentada no acórdão embargado. 3. Apreciando o tema, tem-se que o percentual de 20% (vinte por cento) arbitrado em primeiro grau revela-se exacerbado, tendo em conta a pouca complexidade da causa, a sua natureza repetitiva e o caráter plúrime do litisconsórcio formado. 4. Aclaratórios parcialmente providos, em ordem emitir pronunciamento expresse a respeito da verba honorária, para o fim de reduzi-la ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor da condenação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração na apelação cível nº 0281422-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em dar-lhes provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 25 de abril de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



309
20

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0281422-8

EMBARGANTE: Município do Cabo de Santo Agostinho

EMBARGADOS: Adinilson Pereira dos Santos e outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo **Município do Cabo de Santo Agostinho**, em face de acórdão que negou provimento em parte a apelo de sentença que julgara procedente o pedido de concessão de horas extras.

O acórdão embargado restou assim ementado:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GUARDA MUNICIPAL. DIREITO DO SERVIDOR EFETIVO À PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS PRESTADOS. (HORAS EXTRAS). REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. 1. Os servidores efetivos fazem jus à percepção de "horas extras", segundo os parâmetros fixados nas Leis Municipais nº 1.886/2000 e 2.343/2006. 2. Com o advento da Lei Municipal nº 2.343/2006, embora tenha sido alterada a jornada de trabalho dos Guardas Municipais do Município do Cabo de Santo Agostinho, para o regime de escala de 12x36 horas, a carga horária total permaneceu inalterada em 120 horas por mês ou 30 horas semanais. 3. Nesse panorama, não tendo o Município apelante logrado demonstrar vedação legal à prestação de serviço extraordinário por parte dos servidores efetivos. 4. A Lei Municipal nº 1.886/2000, em seus arts. 56 e 57, tratou da remuneração da jornada extraordinária e do repouso remunerado, dispositivos esses que permaneceram em vigor, mormente após a edição da Lei Municipal nº 2.515/2009, que regulamentou a jornada dos guardas municipais. 5. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

O Município ingressou com os presentes embargos requerendo o prequestionamento da matéria de fundo e o suprimeneto da omissão do acórdão embargado acerca da redução do percentual arbitrado, pelo Juízo *a quo*, a título de honorários advocatícios, tendo em vista a pouca complexidade da causa.

Por fim, requer "*que essa Magistral Corte de Justiça se digne de conhecer e acolher os presentes Embargos de Declaração com efeitos infringentes, no sentido de dar provimento ao reexame necessário. Caso não se conceda o efeito infringente ora pleiteado, o que realmente não se espera, que esta Corte se pronuncie expressamente sobre os seguintes dispositivos legais: art. 2º, §1º, do Decreto-Lei nº 4.657/42, art. 97, da Constituição Federal de 88 e os seguintes dispositivos do Código de Processo Civil: artigos 20, §§3º e 4º; e art. 535, caput, I e II; art. 475; art. 397; art. 320, inciso II.*"

É o que importa relatar.

Destinam-se os embargos de declaração a suprir eventual defeito do julgado, consistente em contradição, omissão ou obscuridade, de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

330
20

No que concerne à discussão de fundo, tenho que a decisão embargada é clara e suficiente por seus próprios termos, expressando o dever da administração de pagar pelos serviços prestados quando estes forem devidamente comprovados, como se vê do excerto seguinte:

“(…) Entretanto, sustenta o Município apelante que a referida lei municipal teve o seu art. 56 revogado com o advento da Lei Municipal nº 2.343/2006 que, em seu anexo II, instituiu a jornada de 12x36 horas, ao tempo em que fixou uma remuneração de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), de modo que os guardas que ingressaram no quadro de servidores após a edição dessa lei não teriam direito a pleitear horas extras.

No ponto, porém, filio-me ao entendimento manifestado pelo MM juízo na sentença hostilizada, de cujo teor extraio os excertos seguintes, *verbis*:

‘(...) Efetivamente, a Lei municipal ao conceder direitos aos integrantes da guarda municipal fixou sua carga horária máxima, de forma que, em função do princípio da legalidade o próprio município não pode descumprir qualquer legislação, sobretudo à sua própria. Assim, a partir da data da publicação da Lei mencionada esta estaria apta a produzir seus efeitos, pois uma vez garantida por lei a vantagem ao servidor, desde que independa de regulamentação, passa a ser obrigação legal da Administração conferi-la de imediato, inexistindo desta feita qualquer poder de escolha no que se refere à conveniência e oportunidade.

Por isso, há de se verificar no caso ora analisado que o Município confunde jornada com carga horária. A carga horária foi fixada na Lei Municipal 1886/2000 em 120 horas/mês e a jornada pode ser modificada diante do interesse público.

Assim temos a jornada de 6 horas diárias, 12X60 horas e de 12X36, esta última dá direito ao servidor a receber 60 horas extras no mês de 30 dias e 72 horas extras nos meses de 31 dias. Como os autores já admitem receber 60 horas extras mensais, só resta ser pago aos mesmos as 12 horas extras laboradas nos meses de 31 dias, pois em nenhum momento em sua peça de defesa o Município contesta tal direito.

Quanto ao repouso semanal remunerado, temos que o mesmo já está integrado ao vencimento mensal, no entanto, quando o servidor trabalha em jornada extraordinária, o repouso semanal remunerado deve ser pago também com base nas horas extras mensais, não havendo, portanto, duplicidade de pagamento. Ressalte-se que toda a argumentação do Município sucumbe quando verificado que o próprio ente editou a Lei Municipal nº 2.515/2009 que em seu art. 4º ratificou a Lei Municipal nº 1886/2000 ao estabelecer: “A duração normal do trabalho dos Guardas Municipais, no desempenho do serviço público operacional (atividade-fim), obedecerá a escalas organizadas pelo Comando, em regime de revezamento ou número, em 6 (seis) horas contínuas, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais e 120 horas mês, conforme art. 56, da Lei Municipal nº 1.886/2000.

Nestes termos, tendo em vista que o Município já pagava 60 horas extras mensais e não paga o repouso semanal sobre qualquer hora extra laborada, julgo procedente o pedido dos autores para, rejeitando as preliminares, condenar o réu que proceda ao pagamento aos autores as 12 horas extras laboradas nos meses de 31 dias (janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro) de todos os meses vencidos até a regularização da jornada dos guardas municipais, que ocorreu em janeiro de 2010 por ocasião da implantação da Lei Municipal 2.515/2009.’

Por fim, o Município alega a impossibilidade de pagamento do adicional de horas extras e seus reflexos diante da ausência de regulamentação legal.



311
A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

No entanto, compulsando os autos e a legislação municipal correspondente, resta evidente que a Lei Municipal nº 1.886/2000, em seus arts. 56 e 57, tratou da remuneração da jornada extraordinária e do repouso remunerado, conforme ressaltado na sentença, e tais dispositivos permaneceram em vigor, mormente após a edição da Lei Municipal nº 2.515/2009, que regulamentou a jornada dos guardas municipais, estabelecendo em seu art. 4º:

‘Art. 4º. A duração normal do trabalho dos Guardas Municipais, no desempenho do serviço público operacional (atividade-fim), obedecerá a escalas organizadas pelo Comando, em regime de revezamento ou número, em 6 (seis) horas contínuas, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais e 120 horas mês, conforme art. 56, da Lei Municipal nº 1.886/2000.’

Ademais, a hipótese em tela já foi objeto de apreciação pela 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal:

‘EMENTA: ADMINISTRATIVO. GUARDAS MUNICIPAIS. OBSERVÂNCIA À LEI MUNICIPAL Nº 1.886/2000 E À LEI MUNICIPAL Nº 2.515/2009. APELO PROVIDO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Consoante preceituam o Decreto Municipal nº 91/99 e a Lei Municipal nº 2.343/2006, os guardas municipais do município apelado trabalham em regime de escala 12x36 (doze horas por 36 horas). 2. Apesar de os recorrentes terem ingressado na função somente em 2007, inclusive após a Lei nº 2.343/2006, continuam submetidos às disposições da Lei Municipal nº 1.886/2000 (Estatuto da Guarda Municipal), a qual, no seu art. 56, I, estabelece a quantidade de 120 (cento e vinte) horas mensais de trabalho. 3. Os guardas municipais laboram, nos meses com 30 (dias) dias, 180 (cento e oitenta) horas mensais, excedendo em 60 (sessenta) horas o limite legal, e, nos meses com 31 (trinta e um) dias, trabalham 192 (cento e noventa e duas) horas, totalizando 72 (setenta e duas) horas extras. 4. Em reconhecimento à quantidade de horas laboradas em excesso, a edilidade editou a Lei Municipal nº 2.515/2009, estipulando que a duração normal da jornada de trabalho obedecerá a escalas organizadas pelo Comando, em regime de revezamento ou número, em 6 (seis) horas contínuas, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais e 120 (cento e vinte) horas por mês, conforme art. 56 da Lei Municipal nº 1.886/2000, extirpando, assim, o regime de escala 12x36. 5. Horas extras e suas respectivas repercussões devidas no período compreendido entre a admissão dos apelantes e a vigência da Lei Municipal nº 2.515/2009, mais honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. 6. Apelo à unanimidade provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 263124-9, acima referenciados, ACORDAM Os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em dar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado. (Apelação Cível nº 263124-9, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, Julgado em: 09/02/2012)’

Sob essa perspectiva, resta evidenciada a prestação de serviços em jornada extraordinária, pelo que é de ser mantida a sentença *a quo*.”

Como é cediço, fixada fundamentação suficiente à conclusão adotada no acórdão, desnecessário examinar, cada um de per si, dispositivos legais e argumentos que a parte entende aplicáveis à espécie.

Em verdade, “o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

312
no

a composição do litígio" (STJ, AI 169.073/SP-AgRg, Rel. Min. José Delgado, DJU 17.8.98).

Em suma, nesse ponto, as razões recursais apenas reproduzem apenas argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória.

Na sequência, passo à análise da alegação de omissão relativa ao pleito de redução do percentual arbitrado, pelo Juízo *a quo*, a título de *honorários advocatícios*, tendo em vista a pouca complexidade da causa.

Neste ponto, os presentes aclaratórios merecem acolhida, visto que o colegiado efetivamente não enfrentou a questão da verba honorária.

Assim, apreciando a questão, tenho que merece prosperar o pedido da edilidade para reduzir a verba honorária, eis que o percentual de 20% (vinte por cento) arbitrado (em primeiro grau), revela-se exacerbado, tendo em conta a pouca complexidade da causa, a sua natureza repetitiva e o caráter plúrimo do litisconsórcio ativo formado.

Neste sentido, colaciono a jurisprudência desta Corte de Justiça em caso idêntico:

“EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO- AGRAVO LEGAL - ART. 557, §2º, CPC - AÇÃO DE COBRANÇA - GUARDAS MUNICIPAIS - DIREITO À PERCEPÇÃO DAS HORAS EXTRAS LABORADAS COM A RESPECTIVA REPERCUSSÃO NO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PERCENTUAL REDUZIDO - NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DO ART. 20, §§ 3º e 4º, DO CPC - AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

I - O art. 56, I, da Lei 1.886/2000 (Estatuto dos Guardas Municipais do Cabo de Santo Agostinho) prevê que os guardas municipais do Município do Cabo de Santo Agostinho possuem uma carga horária de 120 (cento e vinte) horas mensais. Entrementes, nos termos do Decreto Municipal nº 91/99 e da Lei Municipal nº 2.343/2006 tais servidores passaram a laborar em regime de escala de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso (12x36).

II - Desavém acolher a alegação do Município no sentido de que a Lei Municipal 2.343/2006, que fixou a carga horária dos Guardas Municipais em 12x36 horas, revogou o art. 56 da Lei 1.886/2000, que fixa a jornada de trabalho de tais Guardas Municipais em 120 horas por mês, porquanto a alteração da jornada de trabalho dos guardas municipais leveda a cabo pela Lei 2.343/2006, não implica em dizer que houve alteração da carga horária mensal a que se sujeitam os guardas municipais, que continuou sendo de 120 (cento e vinte) horas, por força do disposto no art. 56 da Lei 1.886/2000.

III - Com efeito, deve ser aplicado à espécie o disposto no art. 2º, §2º, da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, segundo o qual "A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.". Corrobora a presente tese o fato de que a própria edilidade editou a Lei 2.515 de 30 de dezembro de 2009, estipulando, em seu art. 4º, a jornada diária em 6 (seis) horas contínuas para os guardas municipais e se referindo expressamente a carga horária de 120 horas prevista no art. 56, da Lei 1.886/2000, ratificando, deste modo, que tal norma está em pleno vigor.

IV - O art. 7º, XVI, da Constituição Cidadã assegura aos trabalhadores urbanos e rurais "a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal". Nessa mesma toada, a Lei nº 1886/2000 (Estatuto dos Guardas Municipais do Cabo de Santo Agostinho) estabelece em seu art. 57, §3º que: "Ao vencimento/hora dar-se-á, além do adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas normais quando da realização das horas extras".



313
A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

V - Em tendo o trabalho sido realizado além da carga horária prevista em lei, in casu, 120 (cento e vinte) horas, é forçoso reconhecer a obrigação do Município de pagar aos autores/agravados os valores devidas a título de horas extras, sob pena de verdadeira afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, da vedação ao enriquecimento ilícito e da moralidade administrativa.

VII - Nessa contextura, resta imperiosa a condenação do Município ao pagamento de 12 horas extras laboradas nos meses de 31 dias, bem como na repercussão das horas extras laboradas no repouso semanal remunerado, no período compreendido entre cinco anos anteriores à propositura da ação e a vigência da Lei 2.515/2009, que fixou a jornada diária dos guardas municipais em 6 (seis) horas contínuas. Também devem ser mantidos os juros, correção monetária fixados na sentença aviltada.

VIII - Tomando-se como parâmetro a planilha acostada aos autos e o percentual dos honorários advocatícios fixados na sentença, qual seja, 20% sobre o valor da condenação, os patronos dos autores/agravados perceberiam, a título de verba honorária, o valor aproximado de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), valor este que se revela, deveras, excessivo, razão pela qual o percentual da verba honorária deve ser reduzido para 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, de forma a adequá-lo aos parâmetros estabelecidos pelo art. 20, §§ 3º e 4º, do código de ritos.

IV - Unanimemente, o agravo legal foi parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo nº 0280788-7, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao Recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

(TJPE – Proc. Nº 0000908-20.2010.8.17.0370 Agravo na Apelação/Reexame Necessário (0280788-7). 1ª Câmara de Direito Público – Emitida em 15/03/2013 – Data da publicação: 18/03/2013. Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira).” (Não há grifos no original)

Por conseguinte, suprimindo a omissão havida no acórdão embargado, reduzo o percentual dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) do valor da condenação.

Em face do exposto, **dou provimento parcial** aos presentes **embargos de declaração**, em ordem emitir pronunciamento expresso a respeito da verba honorária, e assim reduzi-la ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor da condenação, mantendo-se inalterado o acórdão embargado, nos demais termos.

É como voto.

Recife, 21 de abril de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator